



**Estudo Técnico Preliminar - ETP 47 (0665024)**

Processo Administrativo: <a href="#">005.003690/2025-75</a>	Data do Pedido: 03/11/2025
Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP:	
Nome: Greici Catlein Botelho Freitas - Gerente DAAH	
Fátima De Oliveira Costa Sousa - Chefe II - Núcleo de Controle de Aquisições de Materiais de Consumo	
Setor Requisitante: Departamento de Alta e Média Complexidade	
E-mail: <a href="mailto:dgeas.semusa@portovelho.ro.gov.br">dgeas.semusa@portovelho.ro.gov.br</a>	Telefone: (69) 98473-3258

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Aquisição de coberturas/Curativo primário auto-formador de película protetora para os cuidados e partos cesarianas, partos vaginais das pacientes e puérperas internadas na unidade da maternidade Municipal Mãe Esperança e Centro de Especialidades Médicas Dr. Rafael Vaz e Silva.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Importante consignar que todas as informações técnicas, quantitativas e justificativas referentes a esta aquisição são de exclusiva competência do Departamento de Média e Alta Complexidade – DMAC/SEMUSA, conforme ID 0158148, responsável pela avaliação técnica e pela definição dos parâmetros assistenciais.

Este documento de formalização da demanda apresenta a necessidade para a aquisição de coberturas/Curativo primário auto-formador de película protetora para os cuidados de partos cesarianas, partos vaginais das pacientes/puérperas internadas na unidade da maternidade Municipal Mãe Esperança para um período de 12 meses. A Maternidade Municipal Mãe Esperança oferece diversos serviços votados às pacientes em período gestacional, bem como o período parto e puerperal, sendo eles: atendimentos de consultas às gestantes em todas os trimestres, atendimento ao pré-parto, parto e pós-parto, atendimento imediato e mediato ao recém-nascido é atendimento ao planejamento familiar (vasectomia, laqueadura, inserção de dispositivo intra-uterino – DIU, aplicação de anticoncepcional injetável) e atendimento às pacientes no período de abortamento. Todas as pacientes, são acompanhadas por uma equipe multidisciplinar durante todas as fases e quando submetidas ao parto Cesária ou vaginal recebem orientações quanto aos cuidados com a ferida operatória (FO), e os cuidados sobre processo de higiene íntima para as rafias de lacerações, respectivamente. A fim de suprir as necessidades dos procedimentos dos partos cesarianas e vaginais nas puérperas, garantindo a eficiência e qualidade dos serviços prestados às usuárias do Sistema Único de Saúde. Este DFD está em total conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, assegurando a finalidade pública, a motivação e o interesse público.

A Maternidade Municipal Mãe Esperança realizou ensaio clínico com o produto "Película protetora para o cuidado avançado das feridas", entre os dias 08 e 12 de agosto de 2024, envolvendo 10 puérperas (7 partos cesáreos e 3 partos vaginais). O produto demonstrou excelente desempenho no auxílio ao processo de cicatrização, promovendo aproximação de bordas, controle da umidade e ausência de infecção nas feridas operatórias e lacerações. Nos dias oito, nove, dez, onze e doze de agosto de dois e vinte quatro, na unidade hospitalar Maternidade Municipal Mãe Esperança, localizada na Rua: Antônio Lourenço Pereira Lima, nº2360, na cidade de Porto Velho, Rondônia, foram realizados ensaios de curativos de FO e Rafias de Lacerações procedentes de partos vaginais. No período do ensaio foram incluídas dez puérperas, sendo sete puérperas de partos cesáreos e três puérperas de partos vaginais. Todas as puérperas assinaram o termo de autorização para a utilização do gel de silicone e película protetora para o cuidado avançado das feridas As FO foram tratadas no período máximo de vinte e quatro horas após o procedimento cirúrgico, no ato onde a paciente remove o curativo primário após o banho. As pacientes de rafia de laceração receberam o produto após a higiene íntima. O curativo foi realizado com solução fisiológica 0,9% para limpeza da região e após secagem aplicar uma fina camada de gel de silicone. Para as pacientes com FO foi realizado a cobertura com micropore, já as pacientes de partos vaginais a região foi mantida aberta. O tempo de permanência do produto na lesão foi de vinte quatro horas, sendo renovado todos os dias de manhã após o banho das pacientes. Todos os pacientes fizeram uso do mesmo gel de silicone. Na amostra de pacientes que receberam a película protetora para cuidados avançados das feridas – gel de silicone, ficou evidenciado que a FO apresentou uma diminuição do tempo do processo de cicatrização e não foram observados processos de infecção na FO e nas rafias de laceração. O curativo realizado com gel de silicone apresenta boa fixação e maiores chances de diminuir as infecções bacterianas devido sua ação bacteriostática.

Resultado do teste em paciente da maternidade sem as fotos para preservar as pacientes.

- Paciente 1: C.E.S, 22 anos, parto Cesária. FO limpa e seca. Realizado duas aplicações sem complicações. FO apresentou diminuição da vermelhidão em resposta da redução da Fase Inflamatória.

- Paciente 3: A.J, 28 anos, parto Cesária. FO levemente úmida, apresentando um ponto de sangramento na região lateral esquerda no dia 0. No dia 1 apresentou um ponto de fibrina em região lateral direita. No dia 2, ausência de sangramento e secreções. Realizado três aplicações. FO apresentou alguns pontos de aproximação de bordas, processo inflamatório presente nos três dias.

- Paciente 4: G.S, 22 anos, parto vaginal. Lesão úmida e com presença de coágulos. Realizado duas aplicações sem intercorrências. Lesão apresentou aproximação de bordas e aumento do processo de cicatrização. Lesão superior esquerda com ponto de fibrina. Paciente recebeu alta no segundo dia de aplicação, sendo orientada quanto aos cuidados de higiene íntima em domicílio.

Para tanto, sendo de suma importância o item a serem adquiridos, da película protetora para o cuidado avançado das feridas na utilização em curativos de rotina de puérperas submetidas a parto cesáreo e vaginal, como medida de prevenção e tratamento de feridas operatórias, nesta unidade de saúde visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA por um período de 12 meses, que atenderão a Maternidade Municipal Mãe Esperança. A Contratação em conformidade com as normas vigentes é fundamental para assegurar a legalidade e a transparência de toda a aquisição. As normas estabelecidas pela legislação, como a Lei 14.133/21, determinam os procedimentos a serem seguidos, garantindo a igualdade de oportunidades entre os potenciais fornecedores, a eficiência na utilização dos recursos públicos e a obtenção dos melhores resultados para a Administração e para a sociedade.

As necessidades do Centro de Especialidades Médicas Dr. Rafael Vaz e Silva, com o objetivo de abastecer os estoques na sala de curativos que será instalada e operacionalizada com a oferta de curativos para população de Porto Velho. A aquisição desses materiais é essencial para aprimorar o cuidado aos pacientes com feridas complexas, especialmente aqueles com condições crônicas como diabetes, insuficiência venosa e outras patologias que demandam tratamentos especializados. Esses materiais oferecem benefícios como maior eficiência na proteção da ferida, aceleração da cicatrização, redução do risco de infecções e menor necessidade de trocas frequentes, proporcionando maior conforto ao paciente e otimizando o trabalho dos profissionais de saúde. A importância dessa aquisição é ainda mais evidente diante das graves complicações relacionadas ao pé diabético, uma das principais causas de amputações no Brasil e no mundo. Essas amputações representam um grave problema de saúde pública, com altas taxas de internação, impacto social, aumento da mortalidade e custos elevados ao sistema de saúde, incluindo internações, cirurgias, reabilitação e perda de produtividade. Dados do sistema Vigitel do Ministério da Saúde indicam que a prevalência de adultos com diagnóstico de diabetes em Porto Velho atingiu 6,6% em 2023, um aumento significativo em relação a 2019, quando era de 4,6%. Essa tendência reforça a necessidade de ações preventivas e cuidados especializados, incluindo o uso de materiais avançados para manejo adequado das feridas, prevenindo complicações e promovendo cicatrização mais rápida e eficiente.

A instalação e operacionalização de uma sala de curativos no Centro de Especialidades Médicas Dr. Rafael Vaz e Silva, equipada com esses materiais proporcionará um atendimento mais humanizado, seguro e de alta qualidade, contribuindo para a redução de complicações, internações prolongadas e amputações. Além disso, essa iniciativa está alinhada à modernização e qualificação dos serviços de saúde do município, promovendo melhores resultados em saúde e maior satisfação da população. Por isso, a aquisição de materiais essenciais é

fundamental para garantir um cuidado mais eficaz, eficiente e atualizado. Esses materiais vão ajudar a reduzir complicações, melhorar a qualidade do atendimento e promover 1 e-DOC C5BC631A Proc 00600-00028216/2025-28-e Documento assinado digitalmente.Acesse <https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade> e informe o e-DOC C5BC631A DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - DMAC o bem-estar dos pacientes.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Critérios de Sustentabilidade, para aquisição do coberturas/Curativo primário auto-formador de película atende às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), contemplando critérios de sustentabilidade aplicáveis, tais como:

- Segurança e qualidade: Produto registrado e aprovado pela ANVISA, garantindo a eficácia terapêutica e a redução de riscos à saúde dos usuários.
- Eficiência no uso: O medicamento apresenta formulação inovadora que reduz o tempo de tratamento e a necessidade de reaplicação, promovendo melhor aproveitamento de recursos.
- Redução de resíduos: Embalagens produzidas com materiais recicláveis, atendendo às recomendações de responsabilidade ambiental.

3.1.1 Para os itens 01 solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

a) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

3.2. Para o item 01 Inserir no item de Habilitação jurídica:

3.2.1. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente correspondente ao local da sede da empresa, conforme exigido pelas legislações sanitárias locais e pela RDC nº 275/2002.

3.3. Subcontratação

3.3.1. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA não poderá subcontratar quaisquer partes desta contratação;

3.4 O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Levantamento de Mercado

Em análise à presente demanda, foram realizadas consultas aos registros disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ComprasNet e demais portais de transparência da Administração Pública, com o objetivo de identificar contratações similares ao objeto pretendido.

Durante o levantamento, foi identificada contratação realizada pelo Hospital Militar de Área de São Paulo – HMASP, unidade vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, por meio do Pregão Eletrônico nº 90041/2025 (Controle Interno nº 404/90041/2025), resultando na [Ata de Registro de Preços 33/2026](#) cujo objeto contempla a aquisição de produto destinado ao tratamento de cicatrização cutânea.

Também foi verificada a publicação da Ata de Registro de Preços nº 06/CARP/SUPECOL/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90080/SUPECOL/PMJP/RO/2025, conforme Diário Oficial do Município de Ji-Paraná/RO, disponível em: <https://www.diariooficialjp.com.br/pdf/2026-02-04.pdf>

A identificação de procedimento licitatório realizado por órgão da Administração Pública Federal demonstra que o objeto pode ser regularmente adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, afastando a hipótese de inviabilidade de competição anteriormente considerada.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, não há histórico recente de aquisição do referido insumo, razão pela qual foram realizadas, de forma complementar, pesquisas de preços com fornecedores especializados, mediante consultas diretas via e-mail e levantamento em sítios eletrônicos de empresas do setor.

Adicionalmente, destaca-se que a Maternidade Municipal Mãe Esperança (MMME) realizou teste clínico e estudo técnico com o produto Stratamed, obtendo resultados satisfatórios quanto à eficácia terapêutica, redução do tempo de cicatrização e diminuição de infecções pós-operatórias, o que reforça a relevância assistencial da aquisição para atendimento das unidades da rede municipal de saúde.

4.2 Análise das Soluções

Para atendimento da demanda apresentada, foram analisadas as seguintes alternativas de contratação:

Solução 1 – Sistema de Registro de Preços (SRP)

O Sistema de Registro de Preços é indicado para contratações frequentes e demandas continuadas ao longo do tempo. No presente caso, trata-se de aquisição com quantitativo previamente definido para atendimento de demanda específica das unidades de saúde, não havendo previsão de consumo recorrente que justifique a adoção do sistema.

Dessa forma, a utilização do SRP não se mostra a solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada.

Solução 2 – Pregão Eletrônico

O Pregão Eletrônico mostra-se a modalidade mais adequada para a contratação pretendida, considerando que o objeto caracteriza-se como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

Além disso, a identificação de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos demonstra a existência de **mercado fornecedor**, possibilitando a realização de procedimento licitatório competitivo.

A modalidade eletrônica também assegura **maior transparência, competitividade, economicidade e eficiência**, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Solução 3 – Adesão a Ata de Registro de Preços

Foram realizadas consultas aos sistemas disponíveis, sendo identificadas Atas de Registro de Preços com objetos semelhantes ao pretendido.

Entretanto, após análise, verificou-se que os valores registrados são superiores aos obtidos no levantamento de mercado realizado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, não se mostrando vantajosos para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a adesão a Ata de Registro de Preços não é viável para a presente contratação.

4.3 Forma de Contratação Pretendida

Diante da análise técnica e do levantamento de mercado realizado, conclui-se que a forma de contratação mais adequada é a **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de aquisição de bem comum, com possibilidade de definição objetiva de suas especificações técnicas.

A realização do procedimento licitatório permitirá **ampla competitividade entre fornecedores**, garantindo maior transparência, eficiência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação terá como objeto a **aquisição de produto destinado ao tratamento de cicatrização cutânea**, conforme especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência, visando atender às necessidades assistenciais das unidades da rede municipal de saúde.

A formalização da contratação ocorrerá **por meio de Nota de Empenho**, com **prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da referida Nota de Empenho pelo fornecedor, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na **aquisição de produto destinado ao tratamento e proteção de cicatrização cutânea**, a ser utilizado em procedimentos médicos e no manejo de lesões cutâneas nas unidades da rede municipal de saúde.

O produto deverá possuir **registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA** e atender às especificações técnicas que garantam segurança, qualidade e eficácia terapêutica.

A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, conforme a **Lei nº 14.133/2021**, com fornecimento do quantitativo estimado conforme especificações constantes no Termo de Referência.

A formalização ocorrerá **por meio de Nota de Empenho**, com **prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da referida Nota de Empenho pelo fornecedor.

5.2 Do Local, Prazo, Da Forma Da Entrega E Condições Do Recebimento

5.2.1 Local/ Horários: Os materiais solicitados deverão ser entregues no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sito à Rua: Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro: Jardim Eldorado, Telefone:(69) 3901-2948/3901-2822, CEP 76.811-794, Porto Velho/RO, observando o horário comercial das 08h às 14h.

5.2.2 O fornecimento/entrega dos insumos deverá ocorrer conforme solicitação via requisição (empenho) da Secretaria de Saúde com definição da quantidade no prazo de não superior a 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data de confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

5.2.3 Da forma de Entrega: Na entrega do material deverá ser observado o controle de qualidade de 1ª (primeira) ordem, também denominado macroscópico. Neste controle, serão observados os seguintes aspectos: identificação do(s), itens(s), prazo de validade do(s) produto(s), condições de embalagem protetora, observação da presença de precipitados, observação do cumprimento das especificações legais exigidas para os rótulos, observação dos aspectos físicos dos materiais quanto possível (cor, odor, uniformidade, textura, integridade), presença de corpos estranhos, limpidez, turbidez, vazamento(s) entre outros;

5.2.4 Do recebimento: Será realizado pela Comissão de Recebimento no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP, da Secretaria Municipal de Saúde, para posterior verificação da conformidade dos materiais que procedida pela Comissão de Certificação (composta por representantes do departamento de interesse, devidamente portariados e com conhecimento técnico na respectiva área), conforme artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” e § 2º, Lei Federal 14.133/21 e, será procedido na seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; § 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento do objeto, nem ético-profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento equivalente.

5.2.6. O Fornecedor é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.2.7. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os materiais solicitados não atendam às especificações previamente definidas neste termo de Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada providenciar a substituição do instrumento não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

5.2.8. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos, se algum material constante na mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do contrato” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

5.3 Do Instrumento De Contratação

O fornecimento decorrente deste Termo, em razão de tratar-se de entrega de no prazo máximo até 30 (trinta) dias corridos e, será instrumentalizado por meio de Nota de Empenho, que terá força obrigacional e vincula a licitante à sua proposta, ao Termo de Referência e ao Edital de Licitação, sem prejuízo às demais obrigações decorrentes de Lei e normas.

5.4 Da Fiscalização

A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado (s) FISCAL (IS), designados formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/21. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120, da Lei nº 14.133/21)

5.5 Da Garantia

5.5.1 A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venha a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos.

5.5.2 Devolver os materiais caso não estejam dentro das especificações constantes neste instrumento, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.

5.5.3 O Fornecedor substituirá, no prazo de 5 (cinco) dias, o fornecido no qual se verificarem deteriorações, defeitos de fabricação ou má qualidade (no que couber), sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas.

5.5.4 A contratada fica obrigada a realizar a troca no prazo estipulado acima; prazo contado a partir da notificação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.5.5 A contratada é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

**6.1** O quantitativo de insumos foi extraído com base na quantidade encaminhada pelo departamento solicitantes através do **Sei 0158148**;

Aquisição de coberturas/Curativo primário auto-formador de película protetora para os cuidados e partos cesarianas, partos vaginais das pacientes e puérperas internadas na unidade da unidade da maternidade Municipal Mãe Esperança e Centro de Especialidades Medicas Dr. Rafael Vaz e Silva.

**Metodologia do cálculo:**

**Maternidade :** A aquisição para essa compra é estimado no número partos de cesarianas e partos vaginais o tempo previsto para o consumo é 12 (doze) meses. A memória de cálculo basear-se no número de 285 partos vaginal e cesáreas mensal, ocorridos na maternidade Municipal Mãe Esperança com base no relatório estatístico da maternidade mãe esperança referente aos anos de 2024.

Média de 285 partos /mês que necessitam desse curativo x 1 aplicação x 3 dias = 855 aplicações mês.

855 x 12 meses = 10.260 aplicações ano.

285 partos x 40 aplicações (cada Bisnaga de 5g corresponde a 40 gotas) = 11.400

11.400/40 = 285 Bisnaga de 5g.

- Período de planejamento: 12 meses.

**Rafael Vaz e Silva:**

- Consumo previsto de 5 Unidades por mês.

- Período de planejamento: 12 meses.

- Reserva técnica de 16%.

- quantidade total desejada: 70 Unidades.

**Total:** 285 + 70 = 355

**QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO E QUANTITATIVOS DOS INSUMOS:**

IT EM	CATMAT	DESCRIÇÃO (ESPECIFICAÇÃO)	CEM RAFAEL VAZ E SILVA	MMM E	TOTAL
01	484869 (aproximado )	Curativo primário autoformador de película protetora para o cuidado avançado das feridas abertas, a base de Polissiloxanos e resina de Siloxanos, gel de silicone de grau médico classe II, semioclusivo, estéril, bacteriostático, hidrofóbico, auto secante, transparente, pH neutro, inerte, não reativo. Não afeta o manto ácido cutâneo, reduz o nível de resposta inflamatória, permite migração rápida dos queratinócitos, restaura a função barreira do estrato e nutrientes em diferentes estados córneo, modula o nível de crescimento fibroblástico propiciando reepitelização rápida. Diminui a incidência de cicatrizes anormais. Compatível com curativos secundários.Bisnaga de 05g. Marca de referência: Stratamed, ou de qualidade similar ou superior.	70	285	355

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa prévia do valor da contratação foi realizada em conformidade com art. 23, III, da Lei 14.133/2021.

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

*I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

Em atendimento à solicitação de cotação formal enviada (ID 01171801) à empresa **L. Brasil da Costa (CNPJ 34.687.638/0001-64)**, foi apresentado o valor unitário de **R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais)** por bisnaga de 5g do produto **Stratamed**.

ITE M	CATM AT	Especificação	Unidad e	Quantida de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	484869 (aproximado)	Curativo primário autoformador de película protetora para o cuidado avançado das feridas abertas, a base de Polissiloxanos e resina de Siloxanos, gel de silicone de grau médico classe II, semioclusivo, estéril, bacteriostático, hidrofóbico, auto secante, transparente, pH neutro, inerte, não reativo. Não afeta o manto ácido cutâneo, reduz o nível de resposta inflamatória, permite migração rápida dos queratinócitos, restaura a função barreira do estrato e nutrientes em diferentes estados córneo, modula o nível de crescimento fibroblástico propiciando reepitelização rápida. Diminui a incidência de cicatrizes anormais. Compatível com curativos secundários.Bisnaga de 05g. Marca de referência: Stratamed, ou de qualidade similar ou superior.	Unidade	355	715,00	253.825,00

**Valor total estimado da contratação:** R\$ 253.825,00 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

O valor estimado foi obtido a partir de **levantamento preliminar de mercado**, mediante pesquisa realizada em portais oficiais de compras públicas e consulta a fornecedores do ramo, visando identificar parâmetros de preços praticados para objetos com características semelhantes.

Ressalta-se que os valores levantados possuem **caráter estimativo**, servindo exclusivamente como referência para a instrução do presente Estudo Técnico Preliminar, podendo sofrer variações em decorrência da **competitividade do procedimento licitatório**, a ser realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

**É importante consignar que o levantamento informado é preliminar. O orçamento concludente será realizado pelo DPM/SCML.**

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

O objeto da pretensa contratação é composto por itens divisíveis. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por ITEM, pois verifica-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Assim, haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Tipo de Material: (x) Material de Consumo

Previsão para início: 10//2025)

Previsão para conclusão da aquisição/contratação: (12/2025)

Grau de Prioridade: ( ) Baixa ( ) Média (x) Alta

Projeto/Atividade P.A: 08.31.10.302.329.2.396 – Sustentação da Maternidade Pública Municipal. Fonte de Recurso: 1.600 – Transferência do Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de manutenção pra Material de consumo: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

A aquisição/contratação possui vinculação ou dependência com outro objeto?

( ) Sim

Qual? \_\_\_\_\_ (justificar)

### 5.4. Recurso oriundo de convênio/emenda?

( ) Sim, qual?

(X) Não.

Justificativa para inclusão no PCA 2026:

- Aumento da demanda clínica: Com a ampliação da oferta de atendimentos especializados conforme citado nas justificativas acima, registrou-se maior necessidade de curativos avançados como este.

- Solicitação técnica formalizada: A equipe multiprofissional do Centro de Referência em Saúde da Mulher e da Maternidade Mãe Esperança apresentou recomendação clínica fundamentada para uso do produto, especialmente em situações de cicatrização complexa pós-cirúrgica e feridas obstétricas.

- Melhoria da qualidade do cuidado: A inclusão do produto proporciona desfechos clínicos superiores e redução de complicações, tempo de internação e custos indiretos com retratamento.

Por fim, a adoção deste insumo favorece o cuidado humanizado e avançado no tratamento de feridas, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Linha de Cuidado da Pessoa com Feridas.

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 A aquisição do produto hospitalar – cobertura/curativo primário autoformador de película protetora tem como finalidade:

- Promover a adequada cicatrização de feridas cirúrgicas (partos cesarianos) e de lacerações decorrentes de partos vaginais.
- Reduzir o risco de infecções hospitalares, garantindo barreira protetora eficaz contra agentes externos.
- Oferecer maior conforto e segurança às pacientes e puérperas, por meio de um tratamento menos invasivo e com melhor adesão.
- Padronizar os cuidados pós-parto na unidade de internação, assegurando qualidade e uniformidade no atendimento prestado.
- Contribuir para a redução do tempo de internação e de complicações pós-operatórias, impactando positivamente nos indicadores assistenciais da Maternidade Municipal Mãe Esperança.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Realizar o processo de aquisição do produto hospitalar (curativo primário autoformador de película protetora), conforme especificações técnicas e normas vigentes.
- Garantir o adequado armazenamento do material em local apropriado, atendendo às condições de conservação e validade.
- Disponibilizar o produto para uso imediato nas unidades de internação da Maternidade Municipal Mãe Esperança.
- Orientar a equipe multiprofissional de saúde quanto ao uso correto do curativo, assegurando sua aplicação adequada nas pacientes.
- Monitorar a utilização e consumo do produto, estabelecendo controle de estoque e relatórios periódicos de acompanhamento.
- Avaliar os resultados assistenciais obtidos, observando indicadores de cicatrização, redução de infecções e tempo de internação, de modo a subsidiar futuras aquisições.

## 13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A utilização do curativo primário autoformador de película protetora pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente à produção de resíduos hospitalares descartáveis (embalagens, materiais não reutilizáveis e resíduos contaminados).

Os possíveis impactos incluem:

- Aumento do volume de resíduos sólidos hospitalares, que necessitam de manejo adequado.
  - Risco de contaminação ambiental, caso o descarte não seja realizado conforme as normas da ANVISA e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
  - Consumo de recursos naturais no processo de fabricação e logística do produto.
- Como medidas mitigadoras, serão adotadas:
- Segregação correta dos resíduos conforme classificação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

- Acondicionamento e destinação final adequados, respeitando a legislação ambiental vigente.
- Capacitação contínua da equipe quanto às práticas seguras de descarte.

Dessa forma, os impactos ambientais serão minimizados e controlados, garantindo a segurança ambiental e o cumprimento das normas regulatórias.

#### 14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO

Levando-se em conta as considerações realizadas no presente estudo preliminar, declara-se ser viável a contratação. Declaramos também que as informações levantadas ao longo do ETP, que a solução escolhida é viável de ser implantada. No entanto, devem ser submetidos à aprovação do departamento requisitante e do departamento de orçamento para fins de análise orçamentária.

#### ANEXO I – RELATÓRIO ID 0172348

**Responsável pela elaboração** deste Estudo Técnico Preliminar de acordo com a necessidade apresentada em Documento de Formalização de Demanda (e-DOC: **0158148**):

**Fátima De Oliveira Costa Sousa**

Chefe II - Núcleo de Controle de Aquisições de Materiais de Consumo  
Decreto Nº 1.823/I,2025

**Analisado por:**

**Carla Dominique Brambilla Watanabe**

Gerente II - Divisão de Aquisições e Contratações  
Decreto Nº 1.823/I,2025

**Geison Felipe Costa da Silva**

Diretor Executivo de Administração  
Decreto Nº 1.823/I,2025

**Ricardo Guedes Brandao**

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira  
Decreto nº 1.666/I/2025

**Aprovação: Declaro concordância com a solução proposta no presente Estudo Técnico Preliminar e que a mesma atende a necessidade apresentada:**

**Greici Catleín Botelho Freitas** - Gerente da Divisão de Apoio Assistência Hospitalar

**Conceição Ribeiro Simões** - Diretora da Maternidade Municipal Mãe Esperança

**Francisca Rodrigues Nery** - Diretora do Departamento de Média e Alta Complexidade

#### AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:

Declaro estar ciente dos principais riscos desta contratação e AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme competência prevista no Art. 28º da Lei complementar Municipal nº 882/2022 e demais alterações.

**Dr. Jaime Gazola Filho**

Secretário Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Oliveira Costa Sousa, Chefe**, em 17/03/2026, às 10:14, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Rodrigues Nery, Diretor(a)**, em 17/03/2026, às 10:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário(a)**, em 17/03/2026, às 11:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 17/03/2026, às 12:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 17/03/2026, às 12:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 17/03/2026, às 13:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Greici Catleín Botelho Freitas, Gerente da Divisão de Apoio à Assistência Hospitalar**, em 17/03/2026, às 15:26, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceicao Ribeiro Simoes, Médico(a)**, em 17/03/2026, às 17:28, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0665024** e o código CRC **84CB54C0**.



005.003690/2025-75

0171809v24